

"Ficou inviabilizada, não por ser mulher ou nordestina, mas por não corresponder a exigências éticas."

Luíza Erundina, deputada federal (PSB-SP), ontem em São Paulo, sobre a pré-candidatura da governadora Roseana Sarney (PFL-MA) à presidência da República.

Muro, torres e o compromisso de Monterrey



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

A queda das torres gêmeas de Nova York pode estar para a primeira década do século XXI como a queda do muro de Berlim esteve para a última década do século XX. O ruir destas obras da arquitetura simboliza momentos cruciais da história, da guerra fria à globalização e quicá desta à globalização solidária.

A queda do muro marcou a elevação dos Estados Unidos ao papel de solitária superpotência mundial. Enquanto os EUA viveram a prosperidade dos anos 90, cuja imagem foi o boom da internet, dez entre as dez maiores quedas de PIB per capita no período 1990-96 ocorreram em fragmentos da antiga União Soviética.

O impacto da queda do muro se fez sentir em toda parte, menos aqui. Segundo De Klerk, o último presidente branco Sul Africano, o rolar das pedras do muro em 1989

inspirou a decisão de libertar Nelson Mandela e o começo do fim do apartheid. O Brasil continuou deitado em berço esplêndido, ignorando o movimento em direção ao politicamente correto. Parodiando Caetano Veloso: para o brasileiro branco é preto, preto é branco mas preto continua pobre. Enquanto o muro caía e as reformas avançavam em escala mundial, lançamos uma autêntica contra-reforma, constitucionalizando privilégios. Brasil, país retardatário na abolição, na estabilização e nas reformas. O apego a privilégios adquiridos, está na base de nossa desigualdade inercial.

O Consenso de Washington chegou ao país tardia e abruptamente, sem anestesia: abrimos a economia, privatizamos, acabamos com a reserva de informática, permitimo-nos consumir o que quisemos, e abandonamos à própria sorte carros, marajás e velhos PCs. A desigualdade caiu, na época, pelas perdas da elite, e não pelos ganhos dos pobres.

Passando aos dias de hoje, o Brasil pode agora desempenhar papel de vanguarda na busca de uma globalização mais humana, até pela aversão a consensos da atual li-

derança de Washington. De um lado, o sucesso de mídia do Fórum Social Mundial colocou o Brasil em posição de crítico privilegiado da globalização. Por outro, há o papel desempenhado por FHC no presente — e quem sabe no futuro — como ativo articulador de mudanças da ordem econômica internacional que marcaram seus estudos do passado. Fora isso, há uma multiplicidade de iniciativas integradoras da sociedade civil brasileira, como a luta contra o apartheid digital comandada por Rodrigo Baggio, o nosso Nelson Mandela do apartheid digital. Enfim, se não perder novamente o bonde da história, o Brasil tem tudo para desenvolver e mesmo exportar de tecnologia social de ponta.

É equivocada a idéia de que durante os anos 90 — fase de integração comercial, financeira e informacional sem precedentes na história da humanidade — a desigualdade mundial da renda tenha aumentado, pois Índia e China, que abrigam 40% da população mundial e a maior parte dos miseráveis, obtiveram razoável desempenho econômico.

Agora existe uma insatisfação de ordem diversa com a globalização: 1) pela desca-

racterização de tradições culturais locais pela aldeia global; 2) a volatilidade inerente do sistema atual, uma verdadeira era da incerteza; 3) as vozes ativas dos perdidos da abertura, como empresários e trabalhadores afetados, somadas ao silêncio dos emergentes desorganizados; 4) a frustração também deriva de não chegarmos a ter, como consumidores, o que passamos a

A queda das torres gêmeas está para a presente década como a queda do muro de Berlim esteve para a década da globalização

querer, e, como cidadãos, passarmos a sentir todo dia na TV a miséria do outro lado do mundo.

O período que se seguiu à queda do muro de Berlim foi denominado era da globalização. O inusitado ataque em dois lances às torres gêmeas, símbolo da supremacia americana, aos olhos atentos do mundo, pode batizar a globalização solidária. O reconhecimento de que o fim da fome está

ao nosso alcance. De que a abertura dos mercados não é uma panacéia a que todos males espanta. De que o mercado pode gerar eficiência econômica mas não resolve, por si, injustiças sociais.

Mas que políticas podem introduzir um viés pró-equidade no funcionamento das economias de mercado? O aumento de recursos para o desenvolvimento (ODAs), o perdão de dívida de países muito pobres e endividados (HIPCs); a taxação sobre movimentos financeiros internacionais ("Tobin tax"); o fim do protecionismo agrícola dos ricos etc. Enfim, o estabelecimento de estratégias consistentes para atingirmos auspiciosas metas sociais globais.

De toda forma, teremos a oportunidade de observar na reunião de Monterrey, ora em curso sobre financiamento do desenvolvimento, a formação de compromisso, firme ou não, sobre o destino, solidário ou não, da globalização.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.
E-mail: mcneri@fgv.br